

PRONTOFER S/A

*Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de
Dezembro de 2025 e Relatório dos Auditores Independentes*

PremiumMaxx Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da Prontofer S/A.

Belo Horizonte - MG

Opinião sem ressalva

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Prontofer S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
2. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prontofer S.A, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

3. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

4. A administração é responsável pela elaboração adequada da apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
5. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
6. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

7. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
8. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação.
9. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

10. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.



PREMIUMMAXX
Auditores Independentes
CRC- RJ 004216/8



LUIS AURÊNIO BARRETTO
Contador
CRC-RJ 076875/0

PRONTOFER S/A

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota <u>explicativa</u>	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	94	57
Adiantamentos		3	3
Estoque		14	14
Impostos a recuperar		7	7
Dividendos a receber	7	2.124	1.689
Despesas pagas antecipadamente		5	7
Total do ativo circulante		<u>2.247</u>	<u>1.777</u>
Não Circulante			
Depósitos judiciais		26	26
Investimentos	7	135.400	140.646
Imobilizado	8	10	14
Total do ativo não circulante		<u>135.436</u>	<u>140.686</u>
Total do Ativo		<u>137.683</u>	<u>142.463</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		9	8
Dividendos a pagar		1.924	1.602
Total do passivo circulante		<u>1.933</u>	<u>1.610</u>
Não Circulante			
Partes relacionadas	9	207	99
Total do passivo não circulante		<u>207</u>	<u>99</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	10	131.597	131.597
Reservas de lucro		-	5.145
Outros Resultados Abrangentes		4.755	4.012
Prejuízos acumulados		(809)	-
Total do Patrimônio Líquido		<u>135.543</u>	<u>140.754</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>137.683</u>	<u>142.463</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRONTOFER S/A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto valores por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
Resultado de participações societárias			
Resultado de equivalência patrimonial	7	(4.959)	7.176
Lucro (Prejuízo) bruto		(4.959)	7.176
Receitas e (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(111)	(100)
Depreciação e amortização	8	(4)	(4)
Outras líquidas		30	-
		(85)	(104)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(5.044)	3.149
Receita financeira		9	8
Despesa financeira		(2)	(1)
Resultado financeiro		7	7
Resultado antes dos impostos		(5.037)	7.079
Imposto de renda e contribuição social	13	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(5.037)	7.079
Lucro (Prejuízo) por ações (R\$)		(0,03)	0,05
Quantidade média ponderada de ações circulantes		131.597.294	131.597.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRONTOFER S/A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>(5.037)</u>	<u>7.079</u>
Outros componentes do resultado abrangente:		
Ajuste de avaliação patrimonial em coligada	855	46
Mudança na participação relativa em coligada	<u>(55)</u>	<u>9</u>
Total de outros resultados abrangentes	800	55
Resultado abrangente total	<u><u>(4.237)</u></u>	<u><u>7.134</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRONTOFER S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto valores por ação)

	Reservas de lucro			Outros Resultados Abrangentes		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Ajuste de avaliação patrimonial em Coligada	Mudança na participação relativa em Coligada		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	131.597	-	-	4.773	(681)	(467)	135.222
Ajuste de avaliação patrimonial investida	-	-	-	(89)	-	135	46
Ganho de capital por variação de percentual de participação	-	-	-	(111)	120	-	9
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	7.079	7.079
Reserva legal	-	338	-	-	-	(338)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,01 por ação)	-	-	-	-	-	(1.602)	(1.602)
Reserva de lucros retidos	-	-	4.807	-	-	(4.807)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	131.597	338	4.807	4.573	(561)	-	140.754
Reversão dividendos mínimos obrigatórios	-	-	1.602	-	-	-	1.602
Ajuste de avaliação patrimonial investida	-	-	-	798	-	57	855
Perda de capital por variação de percentual de participação	-	-	-	(237)	182	-	(55)
Dividendos intermediários, vide AGE 04/12/2025 (R\$ 0,01 por ação)	-	-	(1.924)	-	-	-	(1.924)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(5.037)	(3.562)
Outros	-	-	-	-	-	(652)	(652)
Absorção do prejuízo do exercício	-	(338)	(4.485)	-	-	4.823	4.157
Saldos em 31 de dezembro de 2025	131.597	-	-	5.134	(379)	(809)	135.543

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRONTOFER S/A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(5.037)	7.079
Ajustes para conciliar o lucro líquido			
Depreciação e amortização	8	4	4
Resultado de equivalência patrimonial	7	4.959	(7.176)
Valor residual na venda de ativos		(31)	-
		(105)	(93)
Variações nos ativos e passivos			
Adiantamentos		-	(2)
Impostos a recuperar		-	(1)
Despesas antecipadas		2	-
Depósitos judiciais		-	1
Fornecedores		1	2
		3	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(102)	(93)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento na venda de imobilizado		31	-
Caixa gerado nas atividades de investimentos		31	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação (pagamento) de empréstimos com partes relacionadas		108	(36)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		108	(36)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>37</u>	<u>(129)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		57	186
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		94	57
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>37</u>	<u>(129)</u>
TRANSAÇÕES QUE NÃO MOVIMENTARAM O CAIXA:			
Dividendos a receber	7	(435)	(870)
Dividendos a pagar		322	1.602

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRONTOFER S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Prontofer S.A. tem sede em Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, na Rua Margarida Assis Fonseca, nº 171, Sala 06. A Companhia tem como objeto: Participação em negócios em outras sociedades.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Em 30 de abril de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o consequente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis são definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3.2 Ajuste a valor presente

Quando aplicável os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo

ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.3 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem variação cambial ativa, rendimento de aplicações financeiras e juros de mútuo com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos e financiamentos, IOF, entre outras despesas financeiras.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa e contas bancárias de livre movimentação e de aplicações financeiras que possuem características de disponível para venda e liquidez imediata, sendo registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e que não excedem o valor de mercado.

3.5 Investimentos

O investimento em sociedade coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com esse método, a participação no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido dessa sociedade, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro ou prejuízo líquido no exercício é reconhecida como receita (ou despesa) operacional em contrapartida ao custo do investimento, e os outros resultados abrangentes do investidor incluem a sua participação em outros resultados abrangentes da investida.

3.6 Estoques

Os estoques estão apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor de realização líquido, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros e que podem sofrer alterações.

3.8 Operações com partes relacionadas

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados em sua maior parte pela variação da TJLP e CDI.

3.9 Ativo imobilizado

A Sociedade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que:

- i) O método de custo, deduzido de provisão para perdas quando aplicável, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Sociedade;
- ii) O ativo imobilizado da Sociedade é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais;
- iii) A Sociedade possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os ativos imobilizados estão ao valor de custo de aquisição (todos os custos necessários à colocação do bem em operação, incluindo a capitalização de custos de empréstimos, quando aplicável), deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.10 Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3.12 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando da assinatura, por parte da Sociedade, de contratos de empréstimos, financiamentos, mútuos, e outros instrumentos afins.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, incluindo os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros.

3.13 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:

- a) *Método de juros efetivos* - O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida é alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente, quando aplicável.
- b) *Empréstimos e recebíveis* - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A Sociedade não possui empréstimos e não tem o costume de cobrar juros sobre seus recebíveis em atraso.
- c) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros* - Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir:
 - i) Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
 - ii) Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
 - iii) Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
 - iv) Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do contas a receber é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

- d) *Baixa de ativos financeiros* - Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulada que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

3.14 Passivos financeiros

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos passivos financeiros da Sociedade:

- a) *Outros passivos financeiros* - Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

- b) *Baixa de passivos financeiros* - A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.
- c) *Contratos de garantia financeira* - A Sociedade não possui contratos de garantia financeira.

4. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir está apresentado o principal julgamento, exceto aquele que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 4.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

4.2 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir está apresentada a principal premissa a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

- a) *Avaliação de instrumentos financeiros* - Conforme descrito nas notas explicativas 3 e 11, a Sociedade usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Sociedade está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 02 (IAS 21) – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de permutabilidade – A alteração define critérios para identificar quando uma moeda não é permutável e estabelece como determinar a taxa de câmbio aplicável nesses casos, além de exigir divulgações adicionais sobre seus efeitos nas demonstrações contábeis. A aplicação é retrospectiva, sem reexpressão do comparativo. A norma não gerou impactos nas demonstrações financeiras. Com vigência a partir de 01/01/2026.
- CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis - substitui o CPC 26 (R1) e alinha o Brasil à IFRS 18. A norma altera a estrutura de apresentação das demonstrações contábeis e introduz novos requisitos de agregação, desagregação e divulgação. Com vigência a partir de 01/01/2027.
- Pronunciamentos Técnicos nº 28 (R28) – CPC - Ajusta diversos CPCs para adequação ao CPC 51. As alterações são principalmente de apresentação e terminologia. Com vigência futura, conforme regulamentação dos órgãos competentes.
- Revisão NBC 31 – CFC - Incorpora ao conjunto das NBCs as alterações da Revisão CPC 28. Com vigência futura, conforme cronograma do CFC.
- Outros documentos emitidos com vigência futura – OCPC10 Créditos de Carbono e CBPS 01 e 02.

6. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	2025	2024
Bancos	-	-
Aplicações financeiras	94	57
Total	94	57

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa. Essas aplicações financeiras possuem uma taxa média de rendimento de 100% da CDI. Essas aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha.

7. Investimentos

	% de Participação	Patrimônio Líquido	Investimentos	Resultado	Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2025					
Brasif S/A Administração e Participações	20,13%	672.649	135.400	(23.540)	(4.959)
31 de dezembro de 2024					
Brasif S/A Administração e Participações	21,24%	662.228	140.646	33.495	7.176

Movimentação do investimento:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	134.285
Equivalência patrimonial	7.176
Ajuste de avaliação patrimonial da investida	46
Ganho (Perda) na variação de percentual de participação	9
Dividendos a receber	(1.689)
Reversão de dividendos a receber, vide AGE em 23/10/24	819
Saldo em 31 de dezembro de 2024	140.646
Equivalência patrimonial	(4.959)
Ajuste de avaliação patrimonial da investida	855
Ganho (Perda) na variação de percentual de participação	(55)
Dividendos a receber	(2.124)
Reversão de dividendos a receber, vide AGE em 23/10/24	1.689
Ajuste de exercícios anteriores	(652)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	135.400

8. Imobilizado

			2025	2024
	Taxa anuais	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos		8	-	8
Veículos	20%	157	(155)	6
Total		165	(155)	14

Movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2025 e 2024:

Custo

	Saldo em 31.12.23	Adição	Baixa	Saldo em 31.12.24	Adição	Baixa	Saldo em 31.12.25
Terrenos	8	-	-	8	-	-	8
Veículos	217	-	-	217	-	(60)	157
Total	225	-	-	225	-	(60)	165

Depreciação

	Saldo em 31.12.23	Adição	Baixa	Saldo em 31.12.24	Adição	Baixa	Saldo em 31.12.25
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	(207)	(4)	-	(211)	(4)	60	(155)
Total	(207)	(4)	-	(211)	(4)	60	(155)

A Administração considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado da Sociedade não excede ao seu valor recuperável.

9. Partes relacionadas

9.1 Controlador

A Companhia é controlada pelos sócios Cristina Diniz Barcellos Corrêa, Renato Diniz Barcellos Corrêa, Vianita Diniz Barcellos Corrêa, Patrícia Diniz Barcellos Corrêa cada um com 25,00% de participação.

9.2 Remuneração do pessoal chave

No julgamento da Administração a “pessoa chave” é composta pelo Administrativo e a diretoria executiva.

9.3 Principais saldos e transações

Os detalhes a respeito das transações entre a Sociedade e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir.

	2025	2024
Jonas Barcellos Correa Filho	207	99
Total	207	99

As obrigações com pessoas físicas ligadas não incidem encargos financeiros nem data de vencimento. para a companhia.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social autorizado e subscrito está representado por 131.597.294 ações, de valor nominal de R\$1,00.

	2025		2024	
	Ações	%	Ações	%
Cristina Diniz Barcellos Corrêa	32.899.323	25,00%	32.899.323	25,00%
Renato Diniz Barcellos Corrêa	32.899.323	25,00%	32.899.323	25,00%
Vianita Diniz Barcellos Corrêa	32.899.324	25,00%	32.899.324	25,00%
Patrícia Diniz Barcellos Corrêa	32.899.324	25,00%	32.899.324	25,00%
Total	<u>131.597.294</u>	<u>100%</u>	<u>131.597.294</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social da Sociedade, essa reserva é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído) de bens de ativo imobilizado da coligada na adoção das novas práticas contábeis. A reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável contra lucros ou prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

11. Instrumentos financeiros

Visão geral

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros.

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar, mitigar e analisar os riscos associados aos negócios enfrentados pela mesma. Os limites e controles de riscos apropriados são devidamente informados e monitorados, a qual acompanha os riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados mensalmente através de indicadores orçamentários e informações de mercado, a fim de refletir mudanças nas condições comerciais e nas atividades da entidade.

As normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento objetiva desenvolver um ambiente de controle, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

Classificação de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

11.1 Categorias de instrumentos financeiros

	2025			2024		
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	94	-	94	57	-	57
(Passivos)						
Partes relacionadas	-	(207)	(207)	-	(99)	(99)
Fornecedores	-	(9)	(9)	-	(8)	(8)
Líquido	94	(216)	(122)	57	(107)	(50)

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

• Risco de mercado;

Risco de mercado é o risco das alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e taxas de câmbio, tem nos ganhos da Sociedade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro dos parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

• Risco de crédito;

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade incorrer em perdas financeiras. A Sociedade adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

A Sociedade utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Sociedade e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

- **Risco de liquidez;**

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

- **Risco de operacional.**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída a alta administração.

12. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços prestados por terceiros	(46)	(31)
Despesas gerais	(65)	(69)
Total	(111)	(100)

13. Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade apresenta em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro a compensar com lucros tributáveis futuros, no montante de R\$ 3.347 e R\$ 3.268, respectivamente.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.037)	7.079
Alíquota combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculados a alíquota efetiva	1.713	(2.407)
Resultado de participações societárias (34%)	(1.687)	2.440
Diferenças permanentes	-	-
Impostos diferidos apurados e não reconhecidos	(26)	(33)
Imposto de renda e contribuição social	-	-

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

	2025	2024
Prejuízos fiscais	836	817
Base negativa de contribuição social	302	295
Total	1.138	1.112
Impostos diferidos apurados e não reconhecidos	(1.138)	(1.112)
Líquido	-	-

14. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

15. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, promovendo alterações relevantes no sistema de tributação indireta, com impactos potenciais sobre as operações da Sociedade. A Reforma Tributária prevê, entre outros pontos, a substituição gradual dos tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, além da criação do Imposto Seletivo (IS), incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. O novo sistema tributário será implementado de forma gradual, com início previsto a partir de 2026, incluindo período de testes, e com convivência entre os tributos atuais e os novos até a completa transição, estimada para ocorrer até 2033.

A Administração da Sociedade encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos da Reforma Tributária sobre suas demonstrações contábeis, incluindo, mas não se limitando a:

- efeitos na carga tributária efetiva;
- impactos na formação de preços, margens e rentabilidade;
- alterações nos créditos tributários e na sistemática de compensação;
- necessidade de adequações em sistemas, processos e controles internos;
- possíveis reflexos nos fluxos de caixa e no capital de giro.

Até a presente data, não é possível mensurar de forma confiável os impactos financeiros decorrentes da Reforma Tributária, uma vez que diversos aspectos relevantes dependem de regulamentação infraconstitucional, incluindo leis complementares e normas operacionais que ainda serão publicadas.

A Sociedade continuará acompanhando a evolução da regulamentação da Reforma Tributária e avaliará, tempestivamente, os seus efeitos, divulgando informações adicionais quando houver maior grau de clareza e quando tais impactos puderem ser mensurados de forma confiável.